

RECURSO ESPECIAL Nº 1.790.280 - SC (2019/0001944-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : **LYGIA MARIA VIRMOND LEITAO**
ADVOGADO : **GIOVANI CARLOS DE ANDRADE - SC021281**
RECORRIDO : **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**
ADVOGADO : **LUCIANE MARIA FINGER BALLICO E OUTRO(S) - RS025976**

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PROJUST. LEGITIMIDADE ATIVA DE NÃO ASSOCIADO. REVOGAÇÃO DA LIMINAR. TEMAS N. 947 E 948 DESAFETADOS. PROSSEGUIMENTO DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. RECURSO PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por Lygia Maria Virmond Leitão, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, contra acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 63):

PROCESSO CIVIL. CUMPRIMENTO INDIVIDUAL DE SENTENÇA DE AÇÃO COLETIVA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS NAS CADERNETAS DE POUPANÇA. PROJUST. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO INDIVIDUAL DA SENTENÇA.

A anulação, em recurso especial, do acórdão que julgou improcedente a ação rescisória proposta contra o acórdão exequendo, com a possibilidade de reversão do resultado do julgamento, impõe, no caso concreto, a manutenção da suspensão dos cumprimentos individuais da sentença.

Em suas razões, a recorrente alega, além de divergência jurisprudencial, violação dos arts. 493, 969 e 1.036 do CPC/2015; e 103, § 3º, do CDC, argumentando que o STJ desafetou os Temas n. 947 e 948, que tratam da matéria referente à legitimidade dos poupadores, filiados ou não, ao Projust. Ademais, a questão já foi decidida sobre o rito dos recursos repetitivos por meio do Tema 723.

Além disso, aduz que, com o julgamento do REsp n. 1.570.831/SC, perdeu eficácia a liminar concedida. Inclusive nos termos da jurisprudência desta Corte, ficou decidido que o julgamento do mérito do recurso especial, o qual surte efeitos

imediatos, tem como consequência a perda de objeto da medida cautelar.

Sendo assim, assevera que, "em razão dos 'efeitos imediatos' do julgamento do Recurso Especial, o que levou a perda do objeto da MC nº 25.078/SC, e consequentemente a perda da eficácia da liminar antes abusivamente concedida, merece ser dado prosseguimento a este cumprimento de sentença. [...] o parcial provimento do Recurso Especial, por negativa de prestação jurisdicional (artigo 535, do CPC/73), apenas se limita a cassar o acórdão que julgou os declaratórios opostos pela CEF, ora agravada, para que seja suprida a suposta 'omissão'" (e-STJ, fl. 82).

Por fim, afirma que não há nenhuma prejudicialidade externa para o prosseguimento do cumprimento de sentença.

Contrarrazões apresentadas à fl. 92 (e-STJ).

O processamento do recurso especial foi admitido na origem (e-STJ, fls. 148-149).

Brevemente relatado, decido.

De fato, os REsps n. 1.243.887/PR e 1.391.198/RS, de relatoria do Min. Raul Araújo, apontados como representativos da controvérsia, foram desafetados por esta Corte Superior e, com isso, cancelados os Temas repetitivos n. 947 e 948, no julgamento proferido pela Segunda Seção em 27/9/2017.

Dito isso, a jurisprudência da Segunda Seção, no julgamento dos REsps n. 1.243.887/PR e 1.391.198/RS, relatados pelo Ministro Luis Felipe Salomão e submetidos à sistemática dos recursos repetitivos (art. 543-C do CPC/1973), consolidou o entendimento de que a sentença proferida na ação civil pública, a qual condenou determinado banco ao pagamento de diferenças decorrentes de expurgos inflacionários sobre cadernetas de poupança, é aplicável, por força da coisa julgada, indistintamente a todos os detentores de caderneta de poupança daquela instituição financeira, independentemente de sua residência ou domicílio no órgão prolator. Consignou, também, que os poupadores ou seus sucessores detêm legitimidade ativa para ajuizarem o cumprimento individual daquela sentença coletiva no órgão prolator ou em foro diverso deste.

Os recursos repetitivos receberam as seguintes ementas:

DIREITO PROCESSUAL. RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA (ART. 543-C, CPC). DIREITOS METAINDIVIDUAIS. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. APADECO X BANESTADO. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. EXECUÇÃO/LIQUIDAÇÃO INDIVIDUAL. FORO COMPETENTE. ALCANCE OBJETIVO E SUBJETIVO DOS EFEITOS DA SENTENÇA COLETIVA. LIMITAÇÃO TERRITORIAL. IMPROPRIEDADE. REVISÃO JURISPRUDENCIAL. LIMITAÇÃO AOS ASSOCIADOS. INVIABILIDADE. OFENSA À COISA JULGADA. 1. Para efeitos do art. 543-C do CPC: 1.1. A liquidação e a execução individual de sentença genérica proferida em ação civil coletiva pode ser ajuizada no foro do domicílio do beneficiário, porquanto os efeitos e a eficácia da sentença não estão circunscritos a lindes geográficos, mas aos limites objetivos e subjetivos do que foi decidido, levando-se em conta, para tanto, sempre a extensão do dano e a qualidade dos interesses metaindividuais postos em juízo (arts. 468, 472 e 474, CPC e 93 e 103, CDC). 1.2. A sentença genérica proferida na ação civil coletiva ajuizada pela Apadeco, que condenou o Banestado ao pagamento dos chamados expurgos inflacionários sobre cadernetas de poupança, dispôs que seus efeitos alcançariam todos os poupadores da instituição financeira do Estado do Paraná. Por isso descabe a alteração do seu alcance em sede de liquidação/execução individual, sob pena de vulneração da coisa julgada. Assim, não se aplica ao caso a limitação contida no art. 2º-A, *caput*, da Lei n. 9.494/97. 2. Ressalva de fundamentação do Ministro Teori Albino Zavascki. 3. Recurso especial parcialmente conhecido e não provido. (REsp n. 1.243.887/PR, Relator Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/10/2011, DJe 12/12/2011)

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO DA 12ª VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA/DF NA AÇÃO CIVIL COLETIVA N. 1998.01.1.016798-9 (IDEC X BANCO DO BRASIL). EXPURGOS INFLACIONÁRIOS OCORRIDOS EM JANEIRO DE 1989 (PLANO VERÃO). EXECUÇÃO/LIQUIDAÇÃO INDIVIDUAL. FORO COMPETENTE E ALCANCE OBJETIVO E SUBJETIVO DOS EFEITOS DA SENTENÇA COLETIVA. OBSERVÂNCIA À COISA JULGADA. 1. Para fins do art. 543-C do Código de Processo Civil: a) a sentença proferida pelo Juízo da 12ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília/DF, na ação civil coletiva n. 1998.01.1.016798-9, que condenou o Banco do Brasil ao pagamento de diferenças decorrentes de expurgos inflacionários sobre cadernetas de poupança ocorridos em janeiro de 1989 (Plano Verão), é aplicável, por força da coisa julgada, indistintamente a todos os detentores de caderneta de poupança do Banco do Brasil, independentemente de sua residência ou domicílio no Distrito Federal,

reconhecendo-se ao beneficiário o direito de ajuizar o cumprimento individual da sentença coletiva no Juízo de seu domicílio ou no Distrito Federal; b) os poupadores ou seus sucessores detêm legitimidade ativa - também por força da coisa julgada -, independentemente de fazerem parte ou não dos quadros associativos do Idec, de ajuizarem o cumprimento individual da sentença coletiva proferida na Ação Civil Pública n. 1998.01.1.016798-9, pelo Juízo da 12ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília/DF. 2. Recurso especial não provido. (REsp n. 1.391.198/RS, Relator Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/8/2014, DJe 2/9/2014)

Em face do entendimento jurisprudencial anteriormente apontado e consolidado pelo rito dos recursos repetitivos sob o Tema 723 por esta Corte, considero ser o caso de dar prosseguimento ao cumprimento de sentença.

Diante do exposto, dou provimento ao recurso especial para determinar o prosseguimento do cumprimento de sentença.

Publique-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator